



1 **ATA DA 5ª REUNIÃO CONJUNTA DOS COLEGIADOS AMBIENTAIS**

2 **SEGUNDO DIA**

3 No dia 27 de março de 2015, realizou-se no Hotel Sol Bahia, Patamares, Salvador,
4 Bahia, o segundo dia da 5ª reunião conjunta dos Colegiados Ambientais, estiveram
5 presentes os membros integrantes dos Conselhos Estadual do Meio Ambiente e de
6 Recursos Hídricos – CEPRAM/CONERH, Fórum de Comitê de Bacias Hidrográficas –
7 FCBH e Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – CIEA. A secretária
8 Executiva e conselheira Mariana Mascarenhas conduziu a pauta que trata do Balanço
9 da Gestão de 2011 a 2014, discussão do planejamento, registrou que no dia anterior
10 deveria ter sido apresentado o planejamento junto com o Secretário Eugenio Spengler
11 mas não foi possível devido ao debate mais extenso sobre o Balanço de Gestão;
12 justificou a ausência do Secretário por motivos superior, contudo estavam presentes a
13 Diretora Geral do Inema Márcia Telles, os Superintendentes de Políticas e
14 Planejamento Ambientais e de Estudos e Pesquisas da Sema Srs. Edson Ribeiro e
15 Luiz Ferraro e toda equipe técnica para prestar esclarecimentos que se fizerem
16 necessários; naquele momento enfatizou a proposta apresentada a cada Colegiado de
17 identificar qual seria a demanda respectivamente, a partir da Sema e Inema, e qual a
18 demanda que os representantes de cada um teria para esses Colegiados; salientou
19 que o CONERH apresentava um pauta deliberativa considerando o prazo de algumas
20 demandas a ser cumprido com o Governo Federal; solicitou que os membros
21 integrantes do CONERH não saíssem antes de ser feita uma reunião do Conselho
22 específica; registrou que esse Conselho propõe em pauta deliberar a auto avaliação
23 do Pro gestão, programa realizado juntamente com a ANA sendo que até o dia 31 de
24 março deve ser encaminhado o Relatório aprovado pelo Conselho; também seria
25 apresentado uma minuta proposta para recondução dos membros de Comitês de
26 algumas Bacias Hidrográficas, até um determinado período, para que seja possível
27 finalizar um processo bastante mobilizado de renovação dos Comitês; convidou o Sr.
28 Luiz Ferraro para apresentar algumas ações sob responsabilidade da
29 superintendência de pesquisas. O Sr. Luiz Ferraro apresentou o principal conjunto de
30 ações da parte de biodiversidades, florestas e de planejamento, a parte de educação
31 ambiental será discutida pela Sra. Zanna Matos diretoria de Educação Ambiental com
32 a CIEA; registrou que a Secretaria passa por um momento de reconfiguração, em que
33 as superintendências que antes atendiam, transversalmente, as agendas de águas e
34 biodiversidade, assumiram setorialmente essas agendas; a superintendência de
35 políticas de planejamento ambiental assumiu mais a coordenação de agendas de
36 águas e a superintendência de pesquisas assumiu a agenda de biodiversidade e
37 floresta; disse que pretendiam e já estavam articulados juntamente com a Secretaria
38 de Desenvolvimento Rural (SDR) uma proposta de desenvolvimento da sócio
39 economia da biodiversidade; entende-se que os desafios hoje em relação ao Código
40 Florestal e a biodiversidade não passam simplesmente por promover restauração, mas
41 por produzir uma cultura florestal quanto uma economia; prioriza uma restauração
42 florestal produtiva e estratégica; a restauração deve ser adotada pelos produtores



43 rurais; são 670 mil agricultores familiares no Estado da Bahia sem obrigação de fazer
44 restauração pelo Código Florestal; a proposta para a adoção é promover adesão ao
45 sistema agro florestais; promover 5 mil hectares de sistemas agro florestais em áreas
46 relevantes; apresentou as metas propostas, explicando o objetivo de cada uma;
47 ressaltou a falta de recursos públicos muito significativa, portanto as principais ações
48 propostas para esse ano a serem realizadas estarão associadas a recursos externos
49 mobilizados, financiamentos; uma das metas a ser realizada é com relação a prática
50 de manejo produtivo florestal dois contextos marcantes, uma é a Cablunca e outra é
51 Fundo e Fecho de Pasto é um universo muito grande de áreas florestais; investir em
52 planos de negócios da biodiversidade pela agricultura familiar; com relação a
53 regularização ambiental e CEFIR o desafio é a conclusão das 800 mil propriedades
54 que deverá ser prorrogado; o Governo da Bahia com recursos amplos conseguiu
55 mobilizar aproximadamente 140 mil cadastros, em torno de 15 mil concluídos com
56 recursos do BNDES da ordem de 36 milhões através do PDA; falou dos problemas
57 existentes com coleta de sementes; falou sobre o Centro de Referência e os
58 convênios firmados em andamento, e os que já estavam prestes a firmar com a
59 Universidade do Sul da Bahia (região de Itabuna). O conselheiro Luiz Vitor solicitou
60 informação sobre a data de firmação do Convênio, para que a entidade possa se
61 associar. O Sr. Luiz Ferraro esclareceu que é um pólo que agrega as organizações
62 das regiões para promover cursos, oficinas, guias de campos, e apoio às redes de
63 sementes e viveiros. O conselheiro Luiz Marsala falou que o Instituto tem interesse em
64 formar uma rede de Coletores de sementes das espécies interessantes da Mata
65 Atlântica. O Sr. Luiz Ferraro informou que a atuação mais próxima fica entre a UFRB e
66 a UFSB; registrou que a Sema poderia apoiar a Entidade na execução dessas
67 atividades; ressaltou que o Alcoreto e o Cerrado já estão em fase mais avançada;
68 falou que passaria ao conselheiro os contatos do coordenador do projeto das
69 Universidades, também pode mantê-lo informado da agenda quando ocorrer uma
70 pauta mais ampla; citou que estão pendentes as discussões referentes à lista de
71 espécies regionais e irão ocorrer ao longo desse ano; o objetivo era desenvolver o
72 manual de restauração. A conselheira Moane Sousa perguntou como seria executado
73 esse processo de restauração? O Sr. Luiz Ferraro respondeu que sobre esse
74 processo terá alguma diferença, no Paraguaçu a ONG Conservação Internacional que
75 assinou um Termo Cooperação com o Inema e Sema contratou um especialista em
76 restauração e está executando diretamente com os agricultores nos demais casos
77 será lançado um Edital para contratação empresas e organizações que se candidate a
78 desenvolver o trabalho; falou sobre o FORMA-Biodiversidade que está com 5
79 diferentes cursos em andamento com oferta contínua; a questão de regularização e
80 fomento ao Mercado. A Sra. Bernadete Simões registrou, como representante dos
81 Territórios de Identidade estava fazendo o levantamento de necessidades de áreas de
82 recuperação, de mudas e de viveiros, inclusive com áreas mapeadas; sugeriu que as
83 oficinas fossem territoriais, considerando que a Bahia tem uma política territorial ou
84 que pelo menos sejam inter territoriais; informou que já existia uma planilha enviada
85 pela SDR a ser preenchida sobre o planejamento dos Territórios. O Sr. Luiz Ferraro
86 esclareceu que não teria como ser feito por território, no momento, por falta de



87 recursos; disse que esse projeto estava sendo feito com recursos financiado pela
88 empresa TNC; isso posto, não está sendo desconsiderado, pois a proposta da
89 diretoria de Educação Ambiental é executar essas atividades por territórios. Continuou
90 a apresentação falando sobre o Centro de Referência e o volume de recursos; são 17
91 pesquisas em andamento; o estágio do ZEE; painel estadual de indicadores
92 ambientais; oficialização das áreas prioritárias em fase de conclusão; a elaboração de
93 lista de espécie de fauna, está em fase final; falou sobre o MAP que trata de um
94 modulo inserido dentro do Geobahia; com esse modulo já conseguiu os *softs*
95 necessários para o funcionamento do sistema que já estão instalados; foram feitos
96 estudos de impactos ambientais de fornecimento eólicos para diferentes regiões da
97 Bahia; registrou que será necessário um servidor dedicado, um equipamento capaz de
98 fazer várias operações ao mesmo tempo para conseguir ter respostas em pouco
99 segundos e será adquirido com recursos do PDA; salientou que no PDA já existe um
100 painel de indicadores que funciona para monitoramento e desenvolvimento do
101 programa, ou seja, o Estado controla quanto de APP e RR, mas é necessário
102 desenvolver séries históricas; registrou que existem 3 redes de pesquisas em biologia
103 da conservação e ecossistemas em funcionamento e outras redes. Passou a palavra
104 aos membros para intervenção: A Sra. Isabelle Bengline sugeriu quando for discutir a
105 regulamentação da Lei de Educação Ambiental pensar na questão de alguns
106 conceitos. A Sra. Maria Lúcia perguntou quando se iniciará a revitalização do Rio
107 Cachoeira, vai ser feito um trabalho com os Rios Colônia e o Salgado; disse que existe
108 um assentamento em Arataca que tem muitas mudas, e as comunidades de Terreiros
109 precisam muito da compensação. O Sr. Carlos Romero questionou a falta de
110 informação sobre a compensação executada pelo IBAMA para a plantação de 25 mil
111 árvores nas margens dos rios da BR 116, bem como reuniões ocorridas em Pedra do
112 Cavalo com a UFRB sobre coleta de sementes na região de Xavante. O Sr. Sergio
113 Freitas parabenizou a apresentação, todas as políticas e propostas apresentadas
114 bastante coerentes e enquadradas na realidade dos desafios da sócio biodiversidade
115 brasileira, contudo ver a necessidade de um pacto nessa política, onde se dará a
116 materialização, para que se possa entender qual o impacto que poderá ser causado
117 com esses resultados. O conselheiro Melquiades Oliveira comentou que não ver uma
118 visão macro da problemática da política ambiental na Bahia, pergunto se existe dados
119 específicos numa leitura a respeito de cada Bioma, a exemplo do Bioma Mata
120 Atlântica que continua sendo devastado, bem como o que a sociedade pode
121 contribuição com esse planejamento; reiterou também uma apresentação sobre as
122 políticas de recursos hídricos. O Sr. Luiz Ferraro respondendo aos questionamentos,
123 informou que os recursos que serão aplicados para os processos de execução do
124 CEFIR, manejo de Cablunca, SAFIR, plano estratégico, banco de projetos para Bacia
125 não chega a 1% dos desafios a serem enfrentados, que deve ser feito um processo de
126 médio e longo prazo com as organizações locais, o programa GAC, Prefeituras e
127 Assentamentos como aliados. Em relação a região de Arataca estamos atentos para
128 os Viveiro Terra Vista um dos melhores, está sendo marcado uma agenda com MST
129 para verificar a viabilidade do fornecimento de 100 a 120 mil mudas. Com relação aos
130 dados de restauração foi focado nas metas propostas do que pretende-se realizar;



131 estudar e conhecer as áreas, no manual de restauração serão indicadas várias área;
132 quanto ao local para plantação, tem um mapa numa Escala relativamente pequena
133 que indica área importante para o plantio e faz outros trabalhos local; em relação a
134 resultados tem atividades muito diferentes difícil de se monitorar, mas se acredita que,
135 com o painel de indicadores vai conseguir pouco a pouco uma visualização melhor, a
136 exemplo do projeto Monitora; tem vários dados do ZEE, inclusive de mapa produzido
137 fora, que tem dados por Bioma; então pretende-se ter dados por Território; sobre o
138 Mata Atlântica é o bioma mais protegido, não existe Lei especifica para Cerrado e
139 Caatinga. O conselheiro Melquiades Oliveira sugeriu que o planejamento deve ser
140 produzido a partir de informações já existentes dentro das Bacias Territoriais, a
141 questão da cobertura florestal; perguntou como seria adotado o processo de buscar a
142 fiscalização para coibir o desmatamento da Mata Atlântica e nos outros biomas. O Sr.
143 Luiz Ferraro disse que existe vários mapeamentos, porém o mapa de vegetação
144 completo da Bahia em Escala 1:200.000 de 1998 – DDF/SEAGRI, existem alguns
145 levantamentos locais, no momento estamos num processo lento de novo mapeamento
146 em Escala 1:50.000 que começou pelo Cerrado e espera concluir nos próximos dois
147 anos. A conselheira Márcia Telles complementou a informações de Ferraro informando
148 que todo Estado da Bahia será mapeado, Governo optou por começar pelo Cerrado,
149 ao todo serão em torno de 265 Cartas, apenas do Cerrado, já estamos com 130
150 Cartas encaminhadas, sob forma de lote 1 e 2, em seguida passa para um processo
151 de validação minuciosa e rigorosa, a partir de um levantamento feito pelo Consórcio,
152 mas se faz necessário avaliar as informações; colocou que a mata atlântica também
153 está contemplada nesse mapeamento e é todo um processo de atualização; disse que
154 considera a mata atlântica um bioma privilegiado por contar com a Lei própria, mesmo
155 assim as supressões ilegais ocorrem, lamentavelmente, o Estado não como atender
156 de forma célere e a contento como gostaria. A conselheira Edvalda Aroucha
157 complementou parabenizando pela iniciativa dos planos entrar com a conservação
158 produtiva, a questão da comercialização, considerando que 80% da população está na
159 cidade, lembrar o quanto foi importante o processo de comercialização dos produtos
160 da agricultura familiar para alimentação Escolar oriundos da sócio biodiversidade por
161 uma questão cultural é preciso avançar muito e a Sema encontra essa discussão
162 apresentada hoje, a falta de intersectoriedade, deve-se juntar as políticas públicas e
163 potencializar é fundamental; ressaltou que dados de 2013, o Governo e a Secretaria
164 Estadual de Educação comprou apenas da agricultura familiar R\$ 3.725.676,48 o que
165 corresponde a 5,75% dos mínimos de 30% de produtos que o Estado precisaria
166 comprar. O conselheiro Martin Mayr chamou a atenção que sempre o terceiro setor
167 era parceiro executivo, mas nas suas colocações apresenta como financiador como se
168 explica? O Sr. Ferraro explicou que a Conservação é um ente na contrapartida do
169 Projeto Paraguaçu, assim como a Sema e o Inema tem, o principal aporte de recursos
170 é da Petrobrás, a TNC fez um acordo de cooperação técnica entre a Sema e o Inema;
171 a TNC aporta recurso e contrata, não existe nenhum tipo transferência de recurso
172 mútuo, a empresa opera um recurso captado internacionalmente e financia algo que o
173 Estado declara que é de interesse. A conselheira Moane Sousa disse que não ficou
174 claro como se daria o processo de restauração com relação a educação ambiental;



175 sugeriu que o Estado focasse a questão de áreas relevantes nos municípios que
176 compõe os Comitês de Bacias; elaborar os mapas sócios ambientais das regiões da
177 agricultura familiar. O Sr. Luiz Ferraro esclareceu que, o desenvolvimento de uma
178 agricultura familiar passa por uma educação ambiental; com relação às áreas, todas
179 estão em municípios de Bacias e são identificados nos mapas a relação de relevância
180 hidrológica, conectividade e social, serão priorizadas. A conselheira Moane Sousa
181 sugeriu que o Estado mantivesse contato com as organizações afins para verificar
182 ações feitas por elas, para priorização de áreas; registrou que a Instituição que
183 representa, no período de 2 anos, conseguiu recuperar 35 hectares de áreas de
184 nascentes. Nesse momento, foi sugerido interromper o debate, apresentar a
185 Estratégica do Planejamento para Recursos Hídricos, dentro do plano de ação para
186 2015; o Sr. Edison dos Santos fez colocações quanto aos encaminhamentos que
187 deverão ser propostos a partir do planejamento; registrou que conduzirá a pauta
188 específica do Conerh. Em seguida passou a palavra ao Sr. Bruno Jardim que informou
189 que o Brasil está discutido muito seu modelo de gestão de recursos hídricos,
190 considerando que o sistema requer necessidades de ajustes, é necessário reeducar
191 esse processo; deu uma noção de como estaria conduzindo alguns aspectos para
192 essa gestão; passou a palavra ao Sr. George coordenador de recursos hídricos do
193 Inema, para falar sobre os planos e bacias de corpos d'água que são dois
194 instrumentos previstos na política; disse que o Inema está em execução de 7 planos
195 de bacias de enquadramento, RPGA's do Rio Grande, Rio Corrente, Bacias do Rios
196 do Leste, Recôncavo Sul, Rio Paraguaçu e Recôncavo Norte; informou que no
197 momento estava junto com o Banco Mundial em processo de contratação das Bacias
198 do Rio Itapicuru e Rio Verde-Jacaré; explicou que essas Bacias foram selecionados
199 por fazer parte de um programa do Banco Mundial SUAPE de água e saneamento e
200 envolve além do Inema, a Cerb e Secretaria da Saúde; disse que a proposta é incluir
201 mais dois rios nesse processo, Rios Salitre o Paramirim Santo Onofre; fez
202 demonstrações da situação de cada um desses planos; ressaltou que tem como meta
203 a ser cumprida finalizar o plano e enquadramento dos Rios Grande e Corrente até
204 dezembro de 2015; com relação a Bacia do Leste o plano de trabalho foi aprovado o
205 diagnóstico entregue em fase de finalização da avaliação e análise do produto, o prazo
206 previsto para finalização desse plano será o primeiro trimestre de 2016; citou que os
207 planos de Bacias Recôncavo Sul e Contas foram aprovados, aguardando a entrega do
208 diagnóstico dessas duas bacias para o próximo mês de abril, a previsão de finalização
209 é para o segundo semestre de 2016; com relação aos planos de Bacias do
210 Recôncavo Norte e Paraguaçu estão aprovados e não foi entregue o diagnóstico, a
211 previsão de recebimento do diagnóstico integrado será em maio; informou que estava
212 em processo de revisão os planos de Bacia do Rio São Francisco e várias consultas
213 públicas agendadas. A conselheira Mariana Mascarenhas passou a palavra ao Sr.
214 Edison dos Santos que falou sobre o processo de reestrutura do sistema
215 organizacional no Estado nessa nova gestão; informou que apesar da criação da
216 Secretaria de Infra-estrutura Hídrica (SIH), o Governador entendeu que as
217 competências dos atos autorizativos de planejamento e de gestão de recursos hídricos
218 é competência da Sema, os atos de execução de obra e infra-estrutura hídrica será de



219 competência da SIH; registrou que dentro do sistema Sema foi proposto uma
220 reestruturação, para que a Superintendência de Estudos e Pesquisas desse foco na
221 política de biodiversidade e florestas e a Superintendência de Políticas e Planejamento
222 Ambiental focasse na política de gerenciamento de recursos hídricos, mantendo todas
223 atribuições e competências transversais às políticas de mudanças climáticas,
224 Cogestão com a questão de política de resíduos sólidos, cuja a Sema é Co-gestora
225 com a Sedur; apresentou o status que se encontra os planos; com relação a
226 cobrança, a Bahia tem duas macro regiões hidrográficas, Bacias do São Francisco e a
227 do Atlântico Leste, sendo que a Bacia do São Francisco aprovou em 2010 a instituição
228 da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, assim como o Estado de Minas Gerais
229 instituiu a cobrança nos rio afluentes do São Francisco e para além do mesmo;
230 salientou que os instrumentos e todos mecanismos de cobrança, hoje, a ANA aplica
231 com a criação da agência Peixe Vivo; disse que é fundamental esse processo que a
232 Bahia der conta de não só fazer a gestão de recursos hídricos, mas tem a questão de
233 usuário, e trata de um processo educado que visa estimular o uso racional da água ;
234 pretende-se revisar e atualizar as questões das taxas; falou da criação da agencia ou
235 bacia hidrográfica com entidade delegatória com função de agencia; informou que há
236 uma manifestação do Governo que lance um debate amplo com os Comitês de Bacias
237 para discutir as estratégias, caminhos e objetivos para instituir a cobrança pelo uso da
238 água no Estado da Bahia; falou que é compromisso da Sema e Inema nesse
239 processo de articulação institucional, primeiramente, fortalecer os Comitês; convocou
240 naquele momento que fosse aprofundado a pauta apresentada referente a Resolução
241 que prorroga os mandatos dos Comitês que findaram em dezembro de 2014, se
242 referiu a proposta de renovação em pauta de prorrogar por mais um ano; orientou
243 quanto aos procedimentos para esse processo; informou que o Inema tem
244 competência legal para criar uma agencia e órgão gestor é quem emite o Boleto de
245 Cobrança; falou da importância de criação da agencia; falou sobre elaboração de
246 modelo de cobrança pelo uso de recursos hídricos e competências da agência;
247 informou que será realizada a partir de abril uma agenda institucional Sema, Inema,
248 ANA, Agência Peixe Vivo para nivelar os procedimentos, para que até o final 2015,
249 discutir amplamente com a AIBA e todos os demais usuários do São Francisco, desde
250 o Verde-jacaré e outras sub Bacias dos rios mais importantes esse processo; disse
251 que será necessário instalar um processo para instituição de cobrança do Rio Atlântico
252 Leste com meta para 2016 de se criar uma Agencia Estadual para gestão da cobrança
253 de recursos hídricos; registrou que será preciso fazer a revisão do Plano Estadual, um
254 estudo para identificar as necessidades de atuação; informou que esse processo se
255 dará em três etapa; enfatizou que o Fórum reivindica que os 14 Comitês de Bacias na
256 Bahia tenham Planos de Bacias até o final do Governo e reafirma esse compromisso.
257 O conselheiro Daniel Barreto perguntou quais foram as alterações sugeridas pelo
258 Inema para o diagnóstico apresentado no Oeste, diante de informações que não
259 houve visitas técnica, não existe pesquisas, não apresenta a realidade dos rios do
260 Oeste da Bahia; disse que muitos problemas são identificados, a exemplo da própria
261 insuficiência de participação dos integrantes dos Comitês; questionou como será a
262 atuação das Agências. O conselheiro Sergio Bastos perguntou se cronograma do



263 Atlântico estava pronto. A Sra. Edilene Carvalho pediu esclarecimentos sobre a
264 questão da Cobrança. O Sr. Edison dos Santos respondeu, que deve-se ser feito um
265 esforço para diminuir o diagnóstico, para evitar se perder no prognóstico, nos cenários
266 que orienta as intervenções, mas não deve ser desprezado; disse que a ANA aplica
267 uma metodologia que, ao contratar um plano, disponibiliza o diagnóstico; deve ser
268 considerado as inúmeras ferramentas que são colocadas à disposição do cidadão;
269 quanto ao fortalecimento, todos devem somar para assumir o compromisso; com
270 relação ao cronograma do Atlântico está no passo a passo até 2016. A conselheira
271 Moane Sousa disse que entendeu que os Comitês que não tem planos previstos, não
272 foram apresentados; quais são as intenções do Estado de forma sólida, para esses
273 Comitês que irão passar por um processo de renovação. O Sr. Jorge Luiz Carneiro
274 comentou que não identificou nenhuma ação voltada para a Bacia do Itapicuru. O Sr.
275 Francisco Ivan comentou que preocupa ao falar de fortalecimento dos Comitês,
276 quando se vê o esvaziamento da participação, principalmente a ausência do próprio
277 poder público, diferente de quando começou a funcionar, considerando que esse
278 afastamento se deva a falta de credibilidade; questionou que, aguarda manifestação
279 do Inema após visita técnica e a apresentação de demandas. O Sr. Edison dos Santos
280 se retratou ao Sr. Francisco Ivan dizendo que se tratava de uma complexidade que é
281 preciso vencer; quanto as empresas contratadas foi um processo que teve mais de 20
282 instituições nacionais e internacionais interessadas em elaborar esses planos,
283 conforme apresentado pelo coordenador George que apresentou as metas previstas
284 para cumprimento; informou que foram apresentados os planos em andamento e as
285 três etapas, ao todo são 14 Comitês, 11 tem planejamento para desenvolver
286 instrumento fundamental, os outros 3 estão na última etapa previsto para o
287 planejamento do orçamento do PPA 2016/2019; informou que o Sr. Ednaldo
288 coordenador do Fórum está em Goiânia juntamente com o técnico Silvio Santos
289 coordenador da Unidade do Inema de Feira de Santana participando do Fórum
290 Nacional de Comitês; divulgou a agenda trienal desse Fórum: os ENCOB'S
291 agendados para o 2º semestre, 2016, em Goiás, em outubro de 2017, na Bahia, em
292 2018, em Brasília; as reuniões de preparação serão realizadas, 19 e 20 de maio,
293 Caldas Novas, Goiás; 11 e 12 de agosto, Espírito Santo; 01 e 02 de setembro,
294 Caldas Novas, Goiás; 04 a 09 de outubro em Caldas Novas; 02 e 03 de dezembro em
295 Salvador. Em seguida Mariana Mascarenhas passou a palavra ao Sr. Bruno Jardim
296 que argumentou com o conselheiro Daniel Barreto com mais detalhes os
297 questionamentos feitos pelo mesmo; disse que, concordava com o conselheiro Daniel,
298 pois quanto mais recente for o levantamento melhor, a quantidade de informações é
299 muito grande para elaboração de um plano e deve ser discutido com os Comitês,
300 apresentar ao Conselho Nacional; o plano precisa constar dados a ser gerados para
301 melhorar os futuros; melhorar o diálogo com os Comitês; elaborar pautas para
302 discussão; com relação a Cobrança existe a cobrança específica de uso de
303 reservatório; informou que as Bacias que não estão sendo contempladas com esses
304 planos não ficarão sem planejamento. Após encerrado os trabalhos da parte da
305 manhã, deu-se retorno a pauta no turno vespertino com uma breve apresentação da
306 conselheira Márcia Telles e diretoria do Inema; iniciou dizendo que todas as atividades



307 apresentações pelas superintendências trouxeram ações que de certa forma passam
308 pelo Inema que é o órgão executor; destacou que não existe execução se não se sabe
309 o que executa, tenta-se manter uma integração sempre alinhado as determinações e
310 diretrizes, participando das decisões que são colocadas e definidas pelas
311 superintendências e desenvolvendo um trabalho mais equilibrado; órgão composto de
312 seis diretorias, sendo que cinco são técnicas; informou que tem um levantamento das
313 ações realizada no período de 2011 a 2014 e certamente um planejamento para
314 2015/2016, considerando o aporte de recursos, essas ações serão socializadas; falou
315 sobre o SEIA e o CEFIR que tem demanda muito significativas; o CEFIR está inserido
316 em vários projetos; a agenda de capacitação que vai até julho, ação que é realizada
317 junto com a Sema sobretudo na Diretoria de Estudos Avançados de Meio Ambiente -
318 DEAMA; o CEFIR são e o SEIA são desenvolvido com levantamento de requisitos
319 dentro do Instituto; esclareceu que o SEIA é o Sistema Estadual de Informação e o
320 CEFIR é um modulo dentro desse sistema, assim como outros módulos a exemplo da
321 Fiscalização cuja informações ainda está no sistema Cérberus; outros módulos ainda
322 estão em fase de levantamento de requisitos; ressaltou que a maioria dos módulos
323 que estão sendo desenvolvidos precisa de uma interação com o sistema Federal
324 através de um Sistema de Integração, algumas informações ainda não estão
325 consolidadas em um único instrumento; mostrou o que está sendo desenvolvido
326 atualmente no CEFIR e o que se pretende desenvolver; alertou que o CEFIR é um
327 cadastro denominado do Estado da Bahia; informou que dentro das próximas entregas
328 do CEFIR tem o cadastramento de Reserva Legal do tipo condomínio e servidão;
329 sobre o tratamento das propriedades limítrofes apontado com um dos grandes
330 problemas para que não consiga fazer a integração total do cadastro do CEFIR com o
331 CAR, porque o IBAMA está utilizando um mapa que não é uma divisão geopolítica que
332 não é a tratada com a SEI – órgão oficial que define e o CAR não está considerando;
333 em reunião em Brasília, foi elaborado um relatório com a participação do Inema e da
334 SEI tudo foi pontuado, a divisão entre os municípios e o Estado da Bahia e outros
335 Estados limítrofes; colocou que as próxima entregas do SEIA são reabertura de
336 processos, os processos de licenciamento não mais poderão ser notificados mais de
337 duas vezes, uma vez não respondido o próprio sistema arquiva, existem outros
338 mecanismos que ainda não estão podendo ser efetuados no sistema; cadastrar e
339 enquadra o sistema para enquadrar as competências municipal e estadual
340 considerando que o CEPRAM é que define através de uma Resolução mas na maioria
341 das vezes o município que está desenvolvendo o sistema é preciso que o SEIA
342 identifique; informou que as taxas de boleto de pagamento já foram automatizadas
343 exceto a baixa desse boleto. A conselheira Mariana Mascarenhas perguntou se tinha
344 alguma intervenção. O conselheiro Carlos Romero disse que tinha dúvidas quanto ao
345 processo de licenciamento e competência do município. A conselheira Márcia Telles
346 esclareceu que não é o SEIA que define o que o município licencia, pois stá definido
347 na Resolução nº 4.327 de impacto local, aprovada pelo CEPRAM. O Sr. Francisco
348 Ivan falou de atuações absurdas de alguns municípios nas questões de licenciamento.
349 A conselheira Marcia Telles explicou que não é a Secretaria que dar competência ao
350 município, a competência municipal está na Constituição, falta a regulamentação do



351 artigo 23, e foi regulamentado pela Lei Complementar 140; ressaltou que o Inema
352 pode atuar no município com a competência fiscalizatória; para que se tenha um
353 município fortalecido é necessário que haja fiscalização. O conselheiro Célio Pinto
354 sugeriu que volte a discutir e tente incluir no planejamento do próximo quadriênio
355 questões que conseguiu trabalhar, a exemplo uma política mais sólidas de combate a
356 incêndio florestais, comitê estadual, a questão da fauna, planejamento estadual de
357 crescimento da Agenda, precisa envolver os municípios, a questão da fiscalização
358 existe um fato novo, guardas municipais sendo criadas e muitas buscam IBAMA para
359 treinamento e instrumentos econômicos na discussão do ICMS ecológico. O
360 conselheiro Renato Cunha comentou que não tem nenhum município que após aderir
361 ao GAC criar Unidade de Conservação Municipal; questionou como estava a
362 distribuição as equipes de técnicos de fiscalização no território da Bahia. A
363 conselheira Márcia Telles respondeu que especificamente o conselheiro Renato
364 Cunha se referiu a bases ambientais que são diferentes de Unidades Regionais;
365 esclareceu que bases ambientais era um projeto que aconteceu há muito tempo e por
366 diversas razões talvez não tenha se desenvolvido a contento; disse que tem um
367 quantitativo de técnico na Sede com a inserção de vários concursados, a avaliação da
368 distribuição foi de acordo com a divisão e formação por área da Unidade Regional, a
369 partir de alinhamento da necessidade da região; informou que foi pedido à SAEB, na
370 oportunidade do concurso, um profissional Oceanógrafo e um Veterinário, mas não foi
371 concedido. O conselheiro Martin Mayr manifestou dizendo que de um lado a diretoria
372 do Inema defende os municípios que estão mais perto do problema, por outro lado o
373 Inema na política estadual ambiental é bastante descentralizada, quando se procura a
374 casa de Recursos Naturais em Barreiras com demandas que estão sendo
375 acompanhadas pelo Estado quase sempre a resposta de que precisa encaminhar a
376 sede do Inema – tratava-se de um processo simples, para uma visita técnica local e foi
377 negligenciado. A conselheira Márcia Telles se retratou dizendo que a fiscalização não
378 precisa de papel, isso nunca foi e nem é recomendação, o papel é necessário para
379 formalizar um auto de infração, esse entendimento torna a ação burocrática; informou
380 que as Regionais estão providas de estrutura para prestar atendimento; recomendou
381 que essa situação seja denunciada, para que haja uma determinação de que não
382 precisa aguardar decisão da Sede. A conselheira Mariana Mascarenhas fez a divisão
383 de grupos para discutir o planejamento; convidou a conselheira Márcia Telles e Sr.
384 Luiz Ferraro coordenam o Cepam; O Srs. Bruno Jardim e Edison dos Santos
385 coordenam o Conerh; a conselheira Mariana Mascarenhas (a própria) o Fórum de
386 Comitês; registrou que, por falta de *quórum* do Conerh não teria deliberação de pauta
387 e decidiu por juntar esse Conselho com o Fórum; A Sra. Zanna Matos e o Sr. Fábio
388 Barbosa coordenam a CIEA.

389 **Presidente:** Eugenio Spengler

390 **Secretária Executiva:** Mariana Mascarenhas

391 **Representantes da Sema:**

392 Edison Ribeiro dos Santos – SPA/SEMA



- 393 Luiz Antonio Ferraro Junior – SEP/SEMA
- 394 Zanna Matos – DIEAS/SEMA
- 395 Kitty Tavares – DEAMA/SEMA
- 396 Bruno Jardim – DIRAG/INEMA
- 397 **Membros integrantes dos Colegiados:** Cepram, Conerh, Ciea e FCBH:
- 398 Alessandra Cotrim Reis – AIBA
- 399 Antonio Marcondes – FETAG
- 400 Aurinézio Calheira – COFIC
- 401 Bernadeth Simões - Território de Identidade/Itapicuru
- 402 Carlos Romero – PRISMA
- 403 Célia Cavalcanti – IBAMA/MMA
- 404 Célio Pinto – IBAMA/MMA
- 405 Claudio Carilo Magalhães – COPIBA
- 406 Claudio Coelho Santos – UESB
- 407 Daniel Melo – GERMEN
- 408 Edilene Carvalho – Povos Tradicionais/Indigena
- 409 Edvalda Aroucha - Associação Flora do Brasil
- 410 Ely Pimenta – SEPLAN
- 411 Evilásio Fraga – Sind. dos Produtores Rurais de Ibicoara
- 412 Fábio Barbosa – SEC
- 413 Idalécio dos Santos – ADES
- 414 Isabelle Blengini – REABA
- 415 Jorge Farias – ABENFAC
- 416 Jorge Luiz Carneiro – ADEJU
- 417 José Roberto Celestino – SINAENCO
- 418 Josefa Rita da Silva – FETAG
- 419 Leila Márcia Oliveira - Sindicato Rural de Camacan
- 420 Livia Oliveira de Carvalho – SEPLAN
- 421 Lucimeire Passos – Instituto Mata de Cipó
- 422 Luiz Vitor Marsala – IDEIA
- 423 Manoel Ailton – Assoc. Quilombolas/Bacia do Rio Salitre
- 424 Marcelino Galo – ALBA
- 425 Márcia Telles - INEMA
- 426 Maria de Fátima Espinheira – SEPLAN



- 427 Maria Emília Blanc Amaral – PRISMA
- 428 Maria Lúcia Brito – Bacia do Leste
- 429 Mariana Stefanelli Mascarenhas
- 430 Marina Sacchi – REJUMA
- 431 Martin Mayr – ADES
- 432 Melquiades Oliveira – CEPDES
- 433 Miguel Accioly - UFBA.
- 434 Miguel Polino – Bacia do Recôncavo Norte
- 435 Moane Sousa – CEPEDES
- 436 Osvaldina dos Santos – Associação Flora do Brasil
- 437 Pedro Marcelino – SETRE
- 438 Rafaela Santana da Silva – FETAG
- 439 Renato Cunha – ADES
- 440 Sara Guimarães – REBAL
- 441 Sergio Bastos – SINPEQ
- 442 Sergio Freitas – ICMBIO
- 443 Sergio Thadeu Dias - ABAV-BA
- 444 Sergio Tomich – SEDUR
- 445 Silvana Canário – SEMA
- 446 Sonia Andrade – PMS
- 447 Wilson Andrade – ABAF